

# **O Novo Ensino Médio Sob A Óptica Da Lei Nº 13.415/2017: Desafios E Possibilidades Para A Educação Brasileira**

**Ricardo Santos De Almeida**  
(Universidade Estadual De Alagoas)

**Fábio Peron Carballo**  
(Uemg Unidade Divinópolis )

**Silvia Gomes Correia**  
(Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amapá (Ifap))

**Karina Pinheiro Zaratim**  
(Ufimt-Campus Cuiabá)

**Amilton De Lima Barbosa**  
(Univerddade Estadual De Educação- Uerr)

**Rafael Viêro Tourem**  
(Universidade Federal De Pelotas (Ufpel))

**Eliana Maria Da Silva Madeira Lourenço**  
(Superintendência Regional De Educação De Colatina )

**João Clécio De Sousa Holanda**  
(Universidade Federal Rural Do Semiárido - Ufersa)

**Rodrigo Nonato Do Socorro Lopes**  
(Faculdade Malta)

**Gregório Luís De Jesus**  
(Universidad Interamericana)

---

## **Resumo:**

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da Lei nº 13.415/2017 para o novo ensino médio. Quanto ao método, tratou-se de uma revisão, a qual foi realizada nas plataformas Scielo e Google Acadêmico. A busca envolveu termos específicos, operadores booleanos e critérios de inclusão restritos a artigos brasileiros em português, de nacionalidade brasileira e publicados entre os anos de 2022 a 2023. A amostra final, após triagem, englobou 11 artigos. Como resultado, foi possível constatar um panorama educacional marcado por desafios e oportunidades. A implementação da Lei 13.415/2017, base para a reforma, gera preocupações, como a concentração em itinerários específicos e a redução dos conhecimentos biológicos. Desafios logísticos e pedagógicos na Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTNM), aliados à falta de investimentos públicos, evidenciam barreiras significativas. A abordagem autoritária na "Reforma" do Ensino Médio, alinhada à lógica capitalista, e as lacunas pedagógicas na Educação do Campo, identificadas na BNCC, ampliam o cenário desafiador. Contudo, os estudos apontam possibilidades, destacando a necessidade de investigações futuras sobre o impacto da BNCC na Educação do Campo e no ensino de Matemática. A resistência ativa dos professores surge como oportunidade para construir alternativas e promover um diálogo abrangente sobre os rumos da educação. Assim, embora os estudos apontem que o novo ensino médio apresente mais desafios

*do que possibilidades, a reflexão contínua, a revisão constante e o envolvimento dos atores educacionais indicam oportunidades para transformações e melhorias no sistema de ensino brasileiro.*

**Palavras-chave:** Educação; Novo Ensino Médio; Lei nº 13.415/17; BNCC; Aprendizagem.

---

Date of Submission: 21-01-2024

Date of Acceptance: 31-01-2024

---

## I. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos brasileiros têm o direito de aprender ao longo da Educação Básica. A BNCC abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e se propõe a ser um guia para a elaboração dos currículos das escolas, proporcionando uma estrutura mínima comum a ser seguida em todo o território nacional (HYPOLITO, 2019).

No ano de 2017, a Lei nº 13.415/2017, conhecida como a Lei do Novo Ensino Médio, trouxe alterações significativas na estrutura do último ciclo da Educação Básica. Uma das principais mudanças foi a flexibilização do currículo, permitindo que os estudantes escolham parte dos conteúdos a serem estudados, direcionando seus estudos de acordo com suas aptidões e interesses (SILVA; BOUTIN, 2018).

Com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, surgiram perspectivas divergentes em relação ao Novo Ensino Médio. Partidários do modelo enaltecem a flexibilização curricular como uma oportunidade para personalizar a aprendizagem, permitindo que os estudantes escolham disciplinas de acordo com seus interesses, talentos e aspirações profissionais. Isso é visto como um passo crucial para tornar a educação mais relevante e alinhada com as demandas individuais dos alunos, preparando-os de maneira mais eficaz para os desafios futuros (FERREIRA, 2017).

Os defensores do Novo Ensino Médio destacam a importância de formar cidadãos críticos, autônomos e capazes de tomar decisões conscientes sobre seus percursos acadêmicos e profissionais. Acreditam que a flexibilidade curricular contribuirá para uma maior motivação dos estudantes, reduzindo a evasão escolar e proporcionando um ambiente educacional mais dinâmico e participativo (FERREIRA; RAMOS, 2018).

Por outro lado, críticos do Novo Ensino Médio levantam preocupações sobre a efetiva implementação das mudanças propostas. Alguns argumentam que a falta de estrutura e recursos adequados pode comprometer a qualidade do ensino, especialmente em escolas que enfrentam desafios socioeconômicos. Além disso, há receios de que a flexibilização excessiva possa resultar em desigualdades, com alguns estudantes sendo expostos a um leque mais amplo de oportunidades educacionais do que outros (BRANCO et al., 2018).

Outro ponto de crítica refere-se à formação dos professores, que precisam se adaptar a uma abordagem mais orientada para o aluno, com métodos de ensino mais participativos e avaliações mais condizentes com a diversidade de habilidades e interesses dos estudantes (COSTA; SILVA, 2019).

Assim, a Lei nº 13.415/2017 propiciou uma mudança significativa no panorama educacional brasileiro, suscitando debates e reflexões sobre os rumos da educação no país. O desafio consiste em equilibrar a flexibilidade curricular com a garantia de uma base comum sólida, assegurando que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independente de suas realidades e contextos sociais (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

Diante deste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da Lei nº 13.415/2017 para o novo ensino médio. Espera-se que a presente pesquisa possa oferecer subsídios teóricos e práticos sobre a implementação da Lei nº 13.415/2017, abordando não apenas os desafios inerentes, mas também as possíveis oportunidades que surgem com o Novo Ensino Médio. A análise dos dados coletados visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada do impacto desta legislação nas práticas educacionais, nas experiências dos alunos e na dinâmica das instituições de ensino.

## II. Materiais e métodos

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática de literatura, a fim de coletar, analisar e sintetizar informações sobre os desafios e possibilidades da Lei nº 13.415/2017 para o Novo Ensino Médio. Conforme apontam Galvão e Ricarte (2019), a revisão sistemática caracteriza-se por ser uma metodologia reconhecida por sua capacidade de proporcionar uma visão do estado atual do conhecimento em uma área específica, baseando-se em evidências científicas disponíveis na literatura.

A busca por fontes foi realizada em bases de dados acadêmicas, como Scielo e Google Acadêmico. Foram utilizados termos de busca específicos, incluindo palavras-chave relacionadas à Lei nº 13.415/2017, Novo Ensino Médio, Base Nacional Comum Curricular, flexibilização curricular, desafios e possibilidades.

Para a busca, foram empregados operadores booleanos "AND" e "OR" de maneira estratégica para combinar os termos de busca de maneira eficiente. A utilização desses operadores permitiu a busca por estudos

que abordassem simultaneamente a Lei nº 13.415/2017 e o Novo Ensino Médio, bem como aqueles que explorassem a relação entre esses elementos e a Base Nacional Comum Curricular.

Como critério de inclusão, a busca foi restrita a artigos em português, de nacionalidade brasileira e publicados entre os anos de 2022 a 2023. Além disso, os critérios de inclusão consideraram estudos que abordassem diretamente os desafios e possibilidades associados à implementação da Lei nº 13.415/2017 no contexto do Novo Ensino Médio. Desta forma, foram excluídos trabalhos que não estavam diretamente relacionados ao tema ou que não atendiam aos critérios de qualidade metodológica estabelecidos.

Os dados foram extraídos de maneira sistemática e organizados de acordo com categorias predefinidas, incluindo desafios e possibilidades do novo ensino médio. A análise foi conduzida de forma crítica, considerando a metodologia empregada em cada estudo, as limitações apresentadas e a consistência dos resultados.

Inicialmente, durante o levantamento dos artigos nas plataformas de busca, foram encontrados 403 (N = 403) artigos com os critérios definidos. Posteriormente, após a etapa de triagem inicial, o número de artigos foi reduzido para 94 (N = 94). Na triagem completa, por sua vez, o número de artigos caiu para 11 (N = 11), chegando, portanto, à amostra desta pesquisa.

### III. Resultados e discussões

Através da revisão sistemática, foi possível selecionar 11 artigos científicos associados ao tema central desta pesquisa, conforme evidencia o quadro 1. Os artigos evidenciaram as possibilidades e desafios da Lei N/ 13.415/2017 para o novo ensino médio.

**Quadro 1.** Artigos selecionados na revisão sistemática

Autores	Objetivo	Metodologia	Conclusão
Morais e Henrique (2022)	Analisar as implicações do Novo Ensino Médio no que diz respeito à docência em Biologia para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM)	Análise Textual Discursiva (ATD) e o referencial teórico-metodológico o materialismo histórico	O artigo analisa as implicações do Novo Ensino Médio na docência em Biologia para a Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTNM), utilizando a Lei nº 13.415/2017 e artigos científicos como referências. Destaca-se a ausência da disciplina Biologia ao longo do ensino médio e a redução dos conhecimentos biológicos para todos os alunos, concentrando-se em itinerários específicos. Na EPTNM, o ensino médio priorizará a formação técnica, podendo comprometer os professores tanto logisticamente quanto pedagogicamente. O estudo argumenta que o Novo Ensino Médio não resolve os problemas educacionais, defendendo a necessidade de investimentos públicos, estrutura física, laboratórios e formação continuada crítica para os professores se adaptarem às propostas do Novo Ensino Médio.
Cássio e Goulart (2022)	Analisar as implicações do novo ensino médio nos estados	Pesquisa bibliográfica	A Lei nº 13.415/2017, que representa a Reforma do Ensino Médio, é criticada por desafios estruturais irreparáveis e efeitos adversos, como falta de investimentos, criação de redes paralelas favorecendo apenas alunos privilegiados, intensificação do trabalho docente e privatização educacional. Dados do Censo Escolar 2021 indicam a necessidade de investimentos para beneficiar todos os alunos. A revogação da Lei é proposta como solução para interromper o cenário negativo, promovendo um debate público e democrático na construção de um modelo de ensino médio mais equitativo.
Mata (2023)	Analisar as implicações da implantação do Novo Ensino Médio em uma escola de Serra do Ramalho a partir da implantação da reforma curricular do ensino médio no estado da Bahia	Pesquisa qualitativa e documental	O artigo discute os desafios e possibilidades do Novo Ensino Médio, enfocando a experiência em uma escola estadual em Serra do Ramalho. A Lei Federal nº 13.415/2017, resultante da conversão da Medida Provisória, é criticada por não proporcionar uma formação completa ao estudante, concentrando-se em alguns componentes curriculares e itinerários formativos. Os Itinerários Formativos propostos no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) são apresentados como uma oportunidade de enriquecer o currículo, mas a análise dos ementários revela falta de clareza e recursos didáticos. Além disso, a escolha dos itinerários não contribui para uma formação plena, não preparando os estudantes para suas trajetórias acadêmicas. A pesquisa também aborda a estrutura e a formação de professores, questionando se as escolas públicas estaduais têm a capacidade necessária para o ensino de formação integral e a formação interdisciplinar dos docentes. A conclusão ressalta a necessidade contínua de reflexão e crítica na implementação da Reforma do Ensino Médio.
Habowski e Leite (2023)	Analisar as compreensões de Professoras da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT) em	Pesquisa de natureza qualitativa	O estudo abordou as perspectivas de professoras da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT) em relação ao novo ensino médio, destacando a relação entre o ensino de Ciências e a formação docente. As professoras expressaram entendimentos favoráveis à política educacional, reconhecendo-a como eficaz, mas destacando suas implicações no contexto escolar. Os discursos indicam que a política educacional pode desafiar o trabalho docente e ser uma oportunidade para inovações na formação dos jovens. O texto enfatiza a importância das formações

	atividade na Educação Básica (EB) acerca da implementação da proposta do Novo Ensino Médio (EM) em escolas da região das Missões no Rio Grande do Sul (RS).		escolares, a interpretação das políticas pelas equipes gestoras e a necessidade de envolvimento dos professores na implementação dessas políticas. Conclui-se que não há uma resposta única para os desafios do novo ensino médio, mas mudanças significativas dependem de melhorias na formação e nas condições de trabalho dos professores, além de uma cultura de valorização do conhecimento. A reforma é vista como geradora de desafios, mas também como uma oportunidade para inovações nos processos de ensino e aprendizagem.
Selles e Oliveira (2022)	Investigar quais são os impactos provocados pela lei nº 13.415/2017, a qual alterou a lei de diretrizes e bases nº 9.394/96 e instituiu a reforma do novo ensino médio	Pesquisa bibliográfica	O texto aborda a defesa da estabilidade disciplinar no contexto político e educacional atual, destacando as ameaças à disciplina escolar Biologia no Novo Ensino Médio (NEM). A análise se concentra nas implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio para a disciplina, evidenciando desafios como a descontinuidade de políticas educacionais, redução de custos e prejuízos à formação docente. O texto também aponta a resistência dos professores como elemento crucial na preservação do ensino brasileiro diante das mudanças propostas. Destaca-se a complexidade da implementação dessas políticas e a importância da persistência dos docentes na materialização das práticas educacionais cotidianas.
Machado e Mueller (2023)	Investigar quais são os impactos provocados pela lei nº 13.415/2017, a qual alterou a lei de diretrizes e bases nº 9.394/96 e instituiu a reforma do novo ensino médio.	Pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental	Os autores argumentam que as reformas educacionais recentes intensificam a destruição do sistema educacional, privilegiando uma parcela da sociedade. O texto defende uma reflexão sobre um projeto ético-político educacional que transcenda a realidade atual e busque uma educação para além do capital. Crítica às propostas da Lei Nº 13.415/2017, que, segundo o autor, contribuem para a precarização da formação da classe trabalhadora. Destaca desigualdades geradas pelo "novo" Ensino Médio, propondo uma reformulação que garanta acesso igualitário e não se baseie apenas em uma mão de obra para um projeto hegemônico.
Silva, Silva e Santos (2023)	Analisar qual é o papel da reforma do ensino médio dentro de uma série de mudanças ocorridas no Brasil depois da ruptura política de 2016, quais são suas implicações e para quem ela está servindo	Revisão bibliográfica de cunho qualitativo	O texto discute a mudança ideológica na concepção de acumulação de capital e investimentos públicos no Brasil a partir da ruptura política de 2016. Destaca o avanço do neoconservadorismo influenciado por intelectuais orgânicos, cooptando vários setores da sociedade. Analisa a reforma do ensino médio como um interesse da elite brasileira em transformar a educação conforme sua lógica, embora seja percebida pela população como legítima. O sistema educacional, sob influências neoliberais, é visto como uma ameaça, priorizando a produção massiva de trabalhadores alienados em detrimento do conhecimento humano. O texto questiona as promessas ilusórias das reformas educacionais de 2017 e destaca o interesse empresarial crescente em todos os aspectos do sistema educacional brasileiro.
Rodrigues, Cunha e Mansk (2023)	Discutir sobre o Novo Ensino Médio (NEM) elencando as mudanças, desafios e restrições que gestores, professores e alunos encontrarão com a implantação deste modelo de ensino	Pesquisa bibliográfica	O esboço do trabalho analisa o Novo Ensino Médio pelo prisma do Ministério da Educação, destacando a riqueza do documento na concepção de uma educação ideal. Aborda as preocupações sobre o impacto desse modelo, especialmente nas escolas periféricas e rurais, e destaca a falta de preparo dos educadores para atender às demandas propostas. Embora ainda não haja definições claras, observa-se uma possível mudança no § 16, do Art. 26, relacionada à convalidação de créditos no ensino superior. O texto ressalta desafios enfrentados pelas escolas, mas também destaca evoluções, como a oportunidade de acelerar os estudos no ensino superior. Conclui mencionando a necessidade de futuros estudos para avaliar o Novo Ensino Médio à medida que se consolida, visando obter indicadores que revelem seu impacto promissor ou retrocesso na educação brasileira.
Nahim e Boscaroli (2023)	Analisar se a proposta pedagógica curricular de Educação do Campo está contemplada na Base Nacional Comum	Pesquisa bibliográfica e documental	O esboço do trabalho aborda a Educação do Campo e as duas resoluções da BNCC para Educação Básica, destacando lacunas na proposta pedagógica e curricular. O documento não contempla as especificidades da educação em contextos rurais. Analisa como a BNCC, centrada no ensino e não na aprendizagem, fragmenta o currículo, desconsiderando práticas sociais e culturais. Destaca a falta de preparo dos professores para atender às demandas propostas. Examina possíveis mudanças no § 16 do Art. 26, relacionadas à convalidação de créditos no ensino superior. Conclui ressaltando desafios e evoluções, destacando a necessidade de estudos futuros sobre o impacto da BNCC na Educação do Campo e no ensino de

	Curricular e na Reforma do Ensino Médio em seus princípios políticos e pedagógicos		Matemática.
Silva e Oliveira (2023)	Analisar a "Reforma" do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) pela perspectiva de jovens estudantes	Revisão bibliográfica	A "Reforma" do Ensino Médio, uma política impactante que altera os sistemas educacionais nacionalmente, especialmente nas redes públicas, tem sido implementada de maneira autoritária, desconsiderando suas consequências e carecendo de estudo e diálogo. A Lei 13.415/2017 reflete uma abordagem alinhada à lógica capitalista, afastando-se de uma visão de escola como um direito universal e gratuito. Destacar as questões que impactam a educação pública é essencial para fortalecê-la como um direito social igualitário. Ao estudar as juventudes contemporâneas, compreende-se que são os jovens estudantes que vivenciam diretamente os efeitos da reforma. Conhecer esses jovens é crucial para ajustar práticas docentes e, no contexto da Geografia, adotar uma visão sócio-histórica e crítica dos fenômenos sociais. Não se deve normalizar o "Novo" Ensino Médio, sendo fundamental acompanhar seus desdobramentos e lutar por uma educação mais justa e equitativa.
Silva, Pasquali e Spessatto (2023)	Investigar, a partir da perspectiva dos professores do 1º ano do Ensino Médio de uma escola estadual gaúcha, quais os desafios para a implementação do currículo do novo Ensino Médio	Pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa	O estudo investigou desafios na implementação do novo currículo do Ensino Médio, sob a perspectiva de professores em uma escola pública gaúcha. Identificou-se a diminuição da carga horária de disciplinas básicas e a preocupação dos professores quanto ao impacto na preparação para o ensino superior. A falta de formação adequada e material didático, junto com desafios como a dificuldade em aprofundar conteúdos devido à carência de conhecimentos prévios dos estudantes e a adaptação ao contexto pós-pandêmico, foram apontados. Os professores propuseram revisões na carga horária, sugestões sobre o momento de escolha de áreas específicas e mudanças na matriz curricular para fornecer mais direcionamento. A pesquisa ressalta a importância do monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do novo Ensino Médio na preparação dos estudantes.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2023).

O artigo de Morais e Henrique (2022) aborda as implicações do Novo Ensino Médio na docência em Biologia para a Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTNM), tendo como base a Lei nº 13.415/2017 e artigos científicos. Uma das principais ênfases do estudo recai sobre a ausência da disciplina Biologia ao longo do ensino médio, evidenciando a redução dos conhecimentos biológicos para todos os alunos, que agora são concentrados em itinerários específicos.

A análise destaca a mudança prioritária do ensino médio na EPTNM para a formação técnica, uma alteração que pode implicar desafios logísticos e pedagógicos para os professores. O artigo argumenta que o Novo Ensino Médio, longe de resolver os problemas educacionais, pode trazer complicações adicionais para a formação dos estudantes, especialmente na EPTNM.

Um ponto central do estudo é a defesa da necessidade de investimentos públicos para estrutura física, laboratórios e formação continuada crítica dos professores. A pesquisa sugere que tais investimentos são essenciais para que os docentes se adaptem adequadamente às propostas do Novo Ensino Médio, garantindo assim uma transição mais suave e eficaz.

Dessa forma, o artigo destaca preocupações quanto às implicações práticas e pedagógicas do Novo Ensino Médio, enfatizando que as mudanças propostas podem demandar mais do que simples reformas curriculares, mas também uma revisão profunda nas condições estruturais e de suporte oferecidas aos educadores. O estudo contribui para o debate sobre as reformas educacionais e destaca a importância de abordagens holísticas e investimentos substanciais para alcançar melhorias efetivas no sistema de ensino.

Autores como Cássio e Goulart (2022) analisam criticamente a Lei nº 13.415/2017, que representa a Reforma do Ensino Médio no Brasil. Os autores destacam diversos desafios estruturais considerados irreparáveis e apontam para efeitos adversos decorrentes dessa reforma. Uma das críticas centrais é direcionada à falta de investimentos na implementação da reforma, o que, segundo os autores, compromete a qualidade e a equidade do ensino médio.

Os autores também argumentam que a reforma favorece apenas alunos privilegiados, criando redes paralelas que excluem parte da população. Outro ponto levantado pelos autores é a intensificação do trabalho docente resultante da reforma, o que pode impactar negativamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos professores. A privatização educacional é mencionada como um dos efeitos adversos, sugerindo que a reforma pode contribuir para a crescente influência do setor privado na educação.

Os dados do Censo Escolar 2021 são citados como evidência da necessidade de investimentos adicionais para beneficiar todos os alunos. Diante desse cenário, os autores propõem a revogação da Lei como solução para

interromper o quadro negativo. Eles defendem a realização de um debate público e democrático na construção de um novo modelo de ensino médio mais equitativo.

Portanto, o artigo ressalta as críticas à Reforma do Ensino Médio, destacando preocupações relacionadas à falta de investimentos, desigualdade, sobrecarga docente e privatização. A proposta de revogação da Lei reflete a visão dos autores de que uma reavaliação profunda é necessária para construir um sistema educacional mais justo e eficaz.

Mata (2023) se dedica a examinar os desafios e as perspectivas do Novo Ensino Médio, concentrando-se na experiência de uma escola estadual em Serra do Ramalho. A crítica central é direcionada à Lei Federal nº 13.415/2017, derivada da conversão da Medida Provisória, cuja inadequação é apontada pela autora por não oferecer uma formação completa ao estudante, ao focar-se em alguns componentes curriculares e itinerários formativos.

A Lei, de acordo com a análise de Mata, não proporciona uma abordagem integral, o que suscita preocupações sobre a preparação dos estudantes para suas trajetórias acadêmicas. A Lei destaca que a legislação privilegia certos aspectos curriculares e itinerários, potencialmente negligenciando uma formação mais ampla e holística para os alunos.

A pesquisa também aborda os Itinerários Formativos, sugeridos pelo Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), como uma oportunidade para enriquecer o currículo. No entanto, a análise dos ementários desses itinerários revela falta de clareza e recursos didáticos. Essa constatação levanta questões sobre a eficácia desses itinerários como complemento educacional, sugerindo que, na prática, eles podem não cumprir totalmente sua função proposta.

Além disso, a autora se aprofunda na estrutura e formação de professores, questionando se as escolas públicas estaduais possuem a capacidade necessária para oferecer um ensino de formação integral e promover a formação interdisciplinar dos docentes. Essa análise crítica sugere que a implementação do Novo Ensino Médio pode estar enfrentando desafios estruturais e educacionais mais amplos.

A conclusão do artigo enfatiza a importância contínua de reflexão e crítica na implementação da Reforma do Ensino Médio. Mata destaca que o processo de reforma precisa ser constantemente revisado e ajustado para garantir que atenda efetivamente às necessidades educacionais dos alunos, promovendo uma formação abrangente e preparando-os para os desafios futuros. Essa ênfase na revisão constante destaca a dinâmica intrínseca ao ambiente educacional, onde as políticas precisam evoluir em resposta às complexidades e necessidades em constante mudança.

Habowski e Leite (2023), por sua vez, abordam as perspectivas de professoras da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT) em relação ao Novo Ensino Médio, destacando a interconexão entre o ensino de Ciências e a formação docente. As professoras, em suas análises, manifestam entendimentos favoráveis à política educacional, reconhecendo-a como eficaz, embora ressaltem suas implicações no contexto escolar.

Os discursos das professoras indicam que a implementação da política educacional pode desafiar o trabalho docente, mas também oferecer oportunidades significativas para inovações na formação dos jovens. A análise destaca a importância das formações escolares, ressaltando o papel crucial das equipes gestoras na interpretação eficaz das políticas e na facilitação de um ambiente favorável à sua implementação.

O texto sublinha a necessidade imperativa de envolvimento ativo dos professores na execução dessas políticas educacionais. A participação direta dos educadores é considerada um fator-chave para o sucesso e a eficácia das mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio. A conclusão do estudo aponta que não existe uma resposta única para os desafios apresentados por essa reforma educacional. Pelo contrário, a implementação bem-sucedida requer melhorias substanciais na formação e nas condições de trabalho dos professores, além da promoção de uma cultura que valorize o conhecimento.

O estudo destaca que a reforma é percebida como geradora de desafios, mas, ao mesmo tempo, como uma oportunidade propícia para inovações nos processos de ensino e aprendizagem. Essa dualidade sugere que, embora o Novo Ensino Médio traga consigo desafios substanciais, também abre portas para transformações significativas e aprimoramentos na educação, reforçando a ideia de que a adaptação bem-sucedida depende da abordagem e do comprometimento de todos os envolvidos no processo educacional.

Selles e Oliveira (2022) destacam as ameaças percebidas à disciplina no cenário do Novo Ensino Médio (NEM), centrando-se nas implicações advindas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio. A análise detalhada aponta para diversos desafios enfrentados pela disciplina de Biologia, entre os quais se destacam a descontinuidade de políticas educacionais, a busca por redução de custos e os possíveis prejuízos à formação docente.

Os autores evidenciam como essas mudanças podem impactar negativamente a estrutura e a qualidade do ensino de Biologia no contexto do NEM. O texto sublinha a resistência dos professores como um elemento crucial na preservação do ensino brasileiro diante das mudanças propostas. Destaca-se a importância da atuação ativa e persistente dos docentes na materialização das práticas educacionais cotidianas, ressaltando que a

complexidade da implementação dessas políticas requer uma postura engajada por parte dos profissionais da educação.

Verifica-se a necessidade de uma análise crítica e contínua sobre as transformações propostas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio, reconhecendo que o papel dos professores como agentes de mudança e preservação é essencial. O trabalho contribui para a compreensão das complexidades envolvidas na manutenção da estabilidade disciplinar, destacando a importância do diálogo contínuo entre educadores, gestores e responsáveis pela formulação de políticas educacionais.

O estudo de Machado e Mueller (2023) oferece uma análise crítica das reformas educacionais recentes, argumentando que essas iniciativas têm exacerbado a deterioração do sistema educacional, resultando em benefícios desproporcionais para determinados estratos da sociedade. O texto propõe uma reflexão profunda sobre um projeto ético-político educacional que vá além da conjuntura atual e busque estabelecer bases para uma educação que transcenda os limites impostos pelo capital.

Uma das principais críticas recai sobre as propostas contidas na Lei Nº 13.415/2017, que, segundo os autores, contribuem para a precarização da formação da classe trabalhadora. A análise aponta para os impactos negativos dessas propostas na qualidade da educação, particularmente no que diz respeito à equidade no acesso ao ensino médio.

O "novo" Ensino Médio é destacado como um fator gerador de desigualdades, sendo criticado por sua ênfase em uma formação que serviria predominantemente como mão de obra para um projeto hegemônico. Os autores defendem a necessidade de uma reformulação que garanta um acesso igualitário à educação, promovendo uma abordagem que não se restrinja a objetivos utilitários, mas que reconheça e valorize a pluralidade de talentos e aspirações dos estudantes.

Silva, Silva e Santos (2023) apresentam uma análise crítica da mudança ideológica na concepção de acumulação de capital e investimentos públicos no Brasil, ocorrida a partir da ruptura política de 2016. O texto destaca o avanço do neoconservadorismo, influenciado por intelectuais orgânicos, que gradualmente cooptou diversos setores da sociedade brasileira.

Nesse contexto, a reforma do ensino médio é abordada como um interesse da elite brasileira em reconfigurar a educação de acordo com sua lógica, mesmo que seja percebida pela população como legítima. A análise do sistema educacional sob influências neoliberais revela uma visão crítica, considerando-o uma ameaça que prioriza a produção massiva de trabalhadores alienados em detrimento do desenvolvimento do conhecimento humano.

As reformas educacionais de 2017 são questionadas no texto, que destaca as promessas ilusórias associadas a essas mudanças, bem como o interesse empresarial crescente em diversos aspectos do sistema educacional brasileiro. No cerne da discussão, os autores apontam para a contradição entre a percepção popular da reforma do ensino médio como legítima e os interesses elitistas subjacentes a essa reconfiguração. O texto oferece uma reflexão sobre as dinâmicas políticas e econômicas que moldaram as transformações no sistema educacional brasileiro, chamando a atenção para as complexidades e contradições inerentes a esse processo.

Rodrigues, Cunha e Manske (2023) apresentam um esboço do trabalho que analisa o Novo Ensino Médio pelo prisma do Ministério da Educação, enfatizando a riqueza do documento na concepção de uma educação ideal. A abordagem destaca as preocupações sobre o impacto desse modelo, especialmente nas escolas periféricas e rurais, e aponta para a falta de preparo dos educadores para atender às demandas propostas por essa reformulação.

O texto observa uma possível mudança no § 16, do Art. 26, relacionada à convalidação de créditos no ensino superior, embora ainda não haja definições claras. Ressalta os desafios enfrentados pelas escolas, mas também destaca evoluções, como a oportunidade de acelerar os estudos no ensino superior.

A conclusão destaca a necessidade de futuros estudos para avaliar o Novo Ensino Médio à medida que se consolida, visando obter indicadores que revelem seu impacto promissor ou retrocesso na educação brasileira. O esboço do trabalho oferece uma visão abrangente dessas análises preliminares, apontando tanto para os desafios presentes quanto para as possíveis oportunidades e melhorias que essa reforma pode trazer ao sistema educacional do país.

De forma complementar, Nahirne e Boscaroli (2023) em relação ao § 16, do Art. 26 examinam possíveis mudanças no § 16 do Art. 26, relacionadas à convalidação de créditos no ensino superior, sinalizando preocupações e incertezas em relação a essas alterações. Os autores apresentam um esboço do trabalho que aborda a Educação do Campo e as duas resoluções da BNCC para Educação Básica, evidenciando lacunas na proposta pedagógica e curricular.

Destaca-se a ausência de considerações sobre as especificidades da educação em contextos rurais, indicando uma limitação na abordagem da BNCC. A análise enfatiza como a BNCC, centrada no ensino e não na aprendizagem, fragmenta o currículo, negligenciando práticas sociais e culturais presentes nas comunidades rurais. Além disso, aponta a falta de preparo dos professores para atender adequadamente às demandas propostas por essa abordagem curricular.

Os autores destacam desafios e evoluções identificados na análise, ressaltando a necessidade de estudos futuros sobre o impacto da BNCC na Educação do Campo e no ensino de Matemática. O esboço do trabalho oferece uma visão crítica e reflexiva sobre o panorama atual, apontando para áreas de melhoria e indicando direções para futuras pesquisas nesse contexto específico.

Silva e Oliveira (2023) analisam criticamente a implementação da "Reforma" do Ensino Médio no contexto educacional brasileiro, enfatizando seu impacto significativo nos sistemas educacionais, especialmente nas redes públicas. O texto destaca que essa reforma tem sido introduzida de maneira autoritária, carecendo de estudos aprofundados e diálogo, o que levanta preocupações sobre as consequências não antecipadas dessa mudança.

A Lei 13.415/2017, que fundamenta a reforma, é avaliada como refletindo uma abordagem alinhada à lógica capitalista, afastando-se de uma visão de escola como um direito universal e gratuito. A crítica ressalta a importância de destacar questões que impactam a educação pública, visando fortalecê-la como um direito social igualitário. A pesquisa considera as juventudes contemporâneas como protagonistas diretas dos efeitos da reforma, argumentando que compreender suas experiências é crucial para ajustar práticas docentes.

No contexto da Geografia, propõe-se adotar uma visão sócio-histórica e crítica dos fenômenos sociais, promovendo uma compreensão mais profunda dos impactos dessa reforma. O texto alerta contra a normalização do "Novo" Ensino Médio, enfatizando a importância de acompanhar de perto seus desdobramentos e de lutar por uma educação mais justa e equitativa. A abordagem crítica apresentada pelos autores sugere a necessidade contínua de reflexão e resistência diante das mudanças que podem comprometer o acesso igualitário à educação.

Silva, Pasqualli e Spessatto (2023) conduziram uma pesquisa que aborda os desafios enfrentados na implementação do novo currículo do Ensino Médio, sob a perspectiva de professores em uma escola pública gaúcha. O estudo identificou uma série de questões críticas que impactam o ambiente educacional. Uma das principais preocupações expressas pelos professores refere-se à diminuição da carga horária de disciplinas básicas, levantando questionamentos sobre o impacto dessa mudança na preparação dos estudantes para o ensino superior.

Além disso, a pesquisa destacou a falta de formação adequada e material didático, fatores que dificultam a adaptação dos docentes ao novo currículo. Os desafios adicionais incluíram a dificuldade em aprofundar conteúdos devido à carência de conhecimentos prévios dos estudantes, bem como a necessidade de se adaptar ao contexto pós-pandêmico, que trouxe novas dinâmicas e demandas ao ambiente escolar.

Diante dessas dificuldades, os professores propuseram sugestões construtivas, incluindo revisões na carga horária, reflexões sobre o momento de escolha de áreas específicas e mudanças na matriz curricular para proporcionar mais direcionamento.

A pesquisa enfatiza a importância do monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do novo Ensino Médio na preparação dos estudantes. Essa abordagem sugere a necessidade de adaptações e ajustes constantes, com base no feedback dos professores e na avaliação do desempenho dos alunos, para garantir uma transição suave e bem-sucedida para o novo modelo educacional.

#### **IV. Conclusão**

A análise dos estudos sobre o Novo Ensino Médio destaca uma paisagem educacional com desafios e oportunidades que moldam o cenário educacional brasileiro. A implementação da Lei 13.415/2017, base para essa reforma, suscita uma série de preocupações, incluindo a concentração em itinerários específicos e a redução dos conhecimentos biológicos para todos os alunos. A ênfase na formação técnica na Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTNM) apresenta desafios logísticos e pedagógicos para os professores, enquanto a falta de investimentos públicos é identificada como uma barreira.

A implementação autoritária da "Reforma" do Ensino Médio é criticada por sua abordagem alinhada à lógica capitalista. No contexto da Educação do Campo, a análise da BNCC revela lacunas na proposta pedagógica e curricular. Além disso, a crítica à Lei nº 13.415/2017 se estende a uma percepção de que as reformas favorecem apenas alunos privilegiados, contribuindo para a desigualdade e intensificando o trabalho docente.

Contudo, apesar da proeminência dos desafios, os estudos também apontam para possibilidades, destacando a necessidade de estudos futuros sobre o impacto da BNCC na Educação do Campo e no ensino de Matemática. Isso sugere a possibilidade de ajustes e melhorias na implementação da BNCC para melhor atender às necessidades específicas desses contextos. A resistência ativa dos professores é ressaltada como um elemento crucial na preservação do ensino brasileiro diante das mudanças propostas, indicando uma oportunidade para a construção coletiva de alternativas e a promoção de um diálogo mais amplo sobre os rumos da educação.

A conclusão geral destaca a necessidade de uma abordagem holística e investimentos substanciais para alcançar melhorias efetivas no sistema de ensino. A resistência, o diálogo e a participação ativa dos professores são elementos essenciais para o sucesso e a eficácia das mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio. A reflexão contínua e a revisão constante são fundamentais para garantir que o processo de reforma atenda efetivamente às necessidades educacionais dos alunos, promovendo uma formação abrangente e preparando-os para os desafios

futuros. Nesse sentido, as pesquisas apontam para um cenário desafiador, mas também destacam oportunidades para transformações significativas e melhorias na educação, ressaltando a importância do envolvimento de todos os atores no processo educacional.

### Referências

- [1]. Branco, E. P. Et Al. Uma Visão Crítica Sobre A Implantação Da Base Nacional Comum Curricular Em Consonância Com A Reforma Do Ensino Médio. Debates Em Educação, V. 10, N. 21, Maio/Agos., 2018.
- [2]. Cássio, F.; Goulart, D. C. A Implementação Do Novo Ensino Médio Nos Estados: Das Promessas Da Reforma Ao Ensino Médio Nem-Nem. Revista Retratos Da Escola, Brasília, V. 16, N. 35, P. 285-293, Mai./Ago. 2022.
- [3]. Costa, M. O.; Silva, L. A. Educação E Democracia: Base Nacional Comum Curricular E Novo Ensino Médio Sob A Ótica De Entidades Acadêmicas Da Área Educacional. Revista Brasileira De Educação V. 24, 2019.
- [4]. Ferreira, E. B. A Contrarreforma Do Ensino Médio No Contexto Da Nova Ordem E Progresso. Educ. Soc., Campinas, V. 38, Nº. 139, P.293-308, Abr.-Jun., 2017.
- [5]. Ferreira, R. A.; Ramos, L. O. L. O Projeto Da Mp Nº 746: Entre O Discurso E O Percurso De Um Novo Ensino Médio. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio De Janeiro, V.26, N.101, P. 1176-1196, Out./Nov. 2018.
- [6]. Galvão, M. C. B.; Ricarte, I. L. M. Revisão Sistemática Da Literatura: Conceituação, Produção E Publicação. Logeion: Filosofia Da Informação, Rio De Janeiro, Rj, V. 6, N. 1, P. 57–73, 2019.
- [7]. Habowski, F.; Leite, F. De A. Discursos Docentes Acerca Do Novo Ensino Médio No Rio Grande Do Sul A Partir Da Área De Ciências Da Natureza E Suas Tecnologias. Revista Brasileira De Educação Em Ciências E Educação Matemática, [S. L.], V. 7, N. 1, P. 89–104, 2023.
- [8]. Hypólito, A. M. Bncc, Agenda Global E Formação Docente. Revista Retratos Da Escola, Brasília, V. 13, N. 25, P. 187-201, Jan./Mai. 2019.
- [9]. Brasil. Lei Nº 13.415, De 16 De Fevereiro De 2017. Altera As Leis Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, Que Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, E 11.494, De 20 De Junho 2007, Que Regulamenta O Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica E De Valorização Dos Profissionais Da Educação, A Consolidação Das Leis Do Trabalho - Clt, Aprovada Pelo Decreto-Lei Nº 5.452, De 1º De Maio De 1943, E O Decreto-Lei Nº 236, De 28 De Fevereiro De 1967; Revoga A Lei Nº 11.161, De 5 De Agosto De 2005; E Institui A Política De Fomento À Implementação De Escolas De Ensino Médio Em Tempo Integral. 2017. Disponível: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso Em 20/11/23.
- [10]. Machado, D.; Mueller, R. R. A Base Nacional Comum Curricular E O Novo Ensino Médio: Naturalizando Desigualdades. Revista Saberes Pedagógicos, V. 7, N. 1, 2023.
- [11]. Mata, C. S. Desafios E Entraves Da Implementação Do Novo Ensino Médio Em Uma Escola Em Serra Do Ramalho. Revista Ilustração, V. 4, N. 3, 41–56, 2023.
- [12]. Moraes, J. K. C.; Henrique, A. L. S. O Novo Ensino Médio E A Docência Em Biologia Na Educação Profissional Técnica De Nível Médio: Compreender Para Resistir. Revista Prática Docente, [S. L.], V. 7, N. 1, P. E017, 2022.
- [13]. Motta, V. C.; Frigotto, G. Por Que A Urgência Da Reforma Do Ensino Médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (Lei Nº 13.415/2017). Educ. Soc., Campinas, V. 38, Nº. 139, P.
- [14]. Nahirne, A. P.; Boscaroli, C. A Educação Do/No Campo Na Base Nacional Comum Curricular E Na Reforma Do Novo Ensino Médio: Desafios Para O Ensino De Matemática. Revista Eletrônica De Educação Matemática, 2023.
- [15]. Rodrigues, E. R.; Cunha, G. D.; Manske, G. S. Novo Ensino Médio: Desafios E Expectativas. Devir Educação, V. 7, N. 1, E–640, 2023.
- [16]. Selles, S. L. E.; Oliveira, A. C. P. Ameaças À Disciplina Escolar Biologia No “Novo” Ensino Médio (Nem): Atravessamentos Entre Bncc E Bnc-Formação. Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências, E40802, 1–34, 2022.
- [17]. Silva, G. B.; Oliveira, V. H. N. “Reforma” Do Ensino Médio, Jovens Estudantes E Geografia Escolar. Estrabão, V. 4, N. 1, 511–518, 2023.
- [18]. Silva, J. H. A.; Silva, J. A. E.; Santos, J. B. O Novo Ensino Médio E O Neoliberalismo: A Educação Dentro Da Lógica Capitalista. Erum, V. 3, N. 1, Jan./Dez. 2023.
- [19]. Silva, K. J. R.; Boutin, A. C. Novo Ensino Médio E Educação Integral: Contextos, Conceitos E Polêmicas Sobre A Reforma. Educação, Santa Maria, V. 43, N. 3, P. 521-532, Jul./Set., 2018.
- [20]. Silva, T. S.; Pasqualli, R.; Spessatto, M. B. Desafios Da Implementação Do Novo Ensino Médio: O Que Dizem Os Professores. Educação Em Foco, V. 28, N. 1, E28007, 2023.